

337-418

I 61

ESTUDOS ESPECIAIS

4

A integração da Amazonia
e a AIAIC



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA INTERAMERICANA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Benedicta Beatriz Pinto dos Santos

Enrique J. Saravia

German Cañon Rocha

German Roberto Cantero

Jorge Segundo Gúzman Rodríguez

Luis Felipe Denucci Martins

Pedro Rafael Salas Montalvo

Trabalho apresentado como participantes do Curso
de Administração para o Desenvolvimento, 1970.

Rio de Janeiro,

Abril 1971.

circulação restrita

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Presidente - Luiz Simões Lopes

Diretor - Executivo - Alim Pedro

CONSELHO DIRETOR

Presidente - Luiz Simões Lopes

Vice-Presidente - Eugênio Gudim

MEMBROS - Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, João Carlos Vital, Jorge Oscar de Mello Flôres, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Rubens d'Almada Horta Pôrto.

CONSELHO CURADOR

Presidente - Maurício Nabuco

Vice-Presidente - Alberto Pires Amarante

MEMBROS - Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Ary Frederico Tórres, Asterio Dardeau Vieira, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, Celso Timponi, César Reis de Cantanhedo e Almeida, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Mário Paulo de Brito, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier e Theodoro Arthou.

ESCOLA INTERAMERICANA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Diretor

Athyr Guimarães

Coordenador Geral de
Ensino

Werner Grau

Coordenador Geral de
Relações Internacionais

Euro Feliciano Alves

Coordenador Geral de
Pesquisa

Breno Genari

COORDENADORES DE ÁREA

Reynaldo Barros

Moysés Jacob Lilenbaum

Carlos Augusto Callou

Francisco Oswaldo Dornelles

SECRETÁRIO

Carlos Augusto Pires

Série de Estudos Especiais

O presente trabalho é parte de uma série de publicações contínuas da Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, e elaboradas pelos membros permanentes ou temporários de seu corpo docente, bem como pelos participantes de seus cursos e apresentados como trabalhos de estágio. Estas publicações têm três objetivos principais: (a) servir como informação didática complementar para seus cursos básicos, (b) para utilização por parte de organizações e centros de estudo e/ou pesquisa com interesse nestas áreas, e (c) para envio aos ex-alunos de seus cursos, como leitura de atualização ou complementação do curso.

Os estudos prendem-se a quatro áreas principais: Administração para o Desenvolvimento, Política e Administração Tributária, Política e Administração Aduaneira e Administração de Projetos, que constituem os cursos básicos ministrados pela Escola. É importante notar que não se trata de trabalho definitivo, salvo exceções. São primeiras abordagens do tema, muitas vezes em caráter preliminar, como um estágio que antecede uma eventual ampliação para fins de publicação como monografia ou livro.

Os trabalhos são reproduzidos na língua original em que foram escritos, seja espanhol ou português, e constituem esforços originais. Sua reprodução - a não ser pequenos trechos para citação em trabalhos acadêmicos - é vetada, sem a prévia autorização da Direção Escola. Por outro lado, os conceitos emitidos nesta série não refletem necessariamente a posição da Escola com relação ao problema tratado, e sim a do autor ou autores.

Exemplares desta série, ou números adicionais do presente trabalho, poderão ser obtidos através de solicitação escrita à Direção da Escola Interamericana de Administração Pública - Praia de Botafogo - 190 - Rio de Janeiro - Caixa Postal 21.120.

Títulos já Publicados

- nº 1 Estudo dos Regimes de Trânsito Aduaneiro, Admissão Temporária e Exportação Temporária.
- nº 2 Consideraciones sobre el Impuesto al Patrimonio de las Empresas.
- nº 3 El Empleo Sistemático de la Programación, Control y Evaluación en los Servicios de Fiscalización.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO
 - 2.1. Antecedentes da integração
 - 2.1.1. Fatores reconhecidos como principais impulsores do Mercado Comum
 - 2.1.2. Conferências e reuniões prévias para a formação da Associação Latino-americana de Livre Comércio.
 - 2.2. Organização da ALALC
 - 2.2.1. Organismos básicos
 - 2.2.2. Organismos auxiliares
 - 2.3. Alguns efeitos do Tratado de Montevideu no comércio intrazonal
 - 2.3.1. Problemas que deve enfrentar a ALALC
 - 2.4. Resumo
3. ACÓRDO DE INTEGRAÇÃO SUP-REGIONAL = PACTO ANDINO
 - 3.1. Objetivos
 - 3.2. Limitações
 - 3.3. Compatibilidade com o Tratado de Montevideu
 - 3.4. Perspectivas
4. AMAZÔNIA
 - 4.1. Visão geral
 - 4.2. Aspectos geográficos
 - 4.3. Integração nacional. Situação atual
 - 4.4. Problemas e soluções
5. INSTRUMENTOS E POSSIBILIDADES DE UM DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BACIA AMAZÔNICA
 - 5.1. Preliminares
 - 5.2. Sugestões
 - 5.3. Compatibilidade com o Tratado de Montevideu e o Pacto Andino
6. ASSOCIAÇÕES REGIONAIS PÚBLICAS E PRIVADAS
7. BIBLIOGRAFIA

1. INTRODUÇÃO

A integração econômica tem sido, nos últimos 15 anos, a constante do relacionamento de algumas áreas do mundo, preocupadas fundamentalmente com a formação de poderosos blocos econômicos ou unificação de países de menor desenvolvimento para a superação de suas próprias dificuldades. No primeiro caso, encontramos o Mercado Comum Europeu, já plenamente consolidado, chegando à etapa final do processo de integração.

A América Latina também visualizou a necessidade de uma maior aproximação entre as economias nacionais. A ALALC, criada em 1960, teve como objetivo ser o veículo para um processo de integração. Decorridos 10 anos, muitas críticas foram levantadas ao pouco que se fez, mas, não se realizou suficientemente o que se pôde realizar com os instrumentos disponíveis. Dadas as limitações das economias de seus países, criaram-se grupos sub-regionais de integração, como meio de acelerar o processo iniciado. Surgiram assim, o Pacto Andino e o Acôrdio da Bacia do Prata.

Também a Bacia Amazônica, pela amplitude de sua área, pela sua baixa concentração populacional, seus recursos econômicos desconhecidos ou inexplorados, pelo seu isolamento dos centros mais desenvolvidos dos países que a integram, faz com que seus governos elaborem, ou já estejam executando, projetos de desenvolvimento econômico ou de integração nacional. Tudo isso, num mundo em que a explosão demográfica é uma preocupação constante, faz da Amazônia uma área de cobiça internacional.

Tendo em vista uma série de problemas que os governos do Brasil, Colômbia, Bolívia, Equador, Peru e Venezuela têm nesta região, elaboramos o presente trabalho, em que sugerimos a criação de um mecanismo de desenvolvimento integrado, ou seja, de unificação dos diferentes recursos para a aceleração do processo de dinamização dos esforços nacionais que deverao ter continuidade, e acelerar o atingimento dos objetivos da ALALC.

Para o sucesso de um empreendimento de tal envergadura, é necessário que os instrumentos nêle utilizados alcancem um elevado grau de rentabilidade, o que não se previu nos acordos já existentes.

Assim, demonstrando a compatibilidade de nossas sugestões com os Tratados já firmados e o interesse dos países envolvidos, desenvolveremos os seguintes pontos básicos:

ALALC - o Tratado de Montividéu, o funcionamento da organização e seus dez anos de atividades.

O Pacto Andino - análise dos objetivos, das limitações e perspectivas dessa experiência de integração.

A Amazônia - visão geral da região, com seus problemas e soluções nacionais.

Acôrdio de desenvolvimento integrado da Região Amazônica - sugestões e perspectivas.

Compatibilidade do Acôrdio Amazônico com o Tratado de Montívidéu - ALALC e o Pacto Andino.

A elaboração deste texto foi baseada na bibliografia dos assuntos específicos abordados, bem como em valiosas entrevistas com os representantes diplomáticos das nações amazônicas no Rio de Janeiro.

2. ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMERCIO

2.1. Antecedentes da integração

A idéia de formar algum tipo de União na América Latina é tão antiga que remonta aos primeiros anos da vida republicana, apresentando-se, de uma forma ou outra, em toda a América ou parte dela. A primeira tentativa data de 1825, quando se realizou a reunião interamericana do Panamá.

Durante o século passado, como consequência da independência dos países latino-americanos, houve numerosos esforços, principalmente de índole política, entre os quais se deve ter em conta a federação dos países centro-americanos, a formação da Gran-Colômbia, cuja efêmera duração não permitiu o avanço das idéias unificadoras de Bolívar, compreendendo Venezuela, Colômbia e Equador, e a união entre Bolívia e Peru. Realizaram-se, além disso, vários pronunciamentos e conferências internacionais, tais como o Congresso Sul-Americano, realizado em 1848, o Tratado Continental de Santiago do Chile, em 1856, o Congresso Latino-Americano em 1865, etc.

No princípio de nosso século, iniciou-se uma era de novas preocupações. A América Central desempenhou um papel proeminente, ao tratar de estabelecer instituições comuns de tipo jurídico, sem conseguir resultados positivos.

Mais adiante, tiveram lugar na América do Sul inquietações políticas internas, que ultrapassaram os limites nacionais buscando uma visão de Conjunto Regional.

Desde a Independência da América Latina até nossos dias, temos suportado lutas fratricidas tanto dentro de cada país, em busca de instituições políticas mais modernas, como entre os distintos países, por disputa de fronteiras. Também a América Latina sofreu diversas intervenções estrangeiras. Esses fatores dificultaram toda possibilidade de entendimento interlatino-americano.

A 2ª Guerra Mundial deu início a uma nova época. Por um lado, se popularizaram as teorias de desenvolvimento econômico e, por outro, alguns de nossos países começaram a contar com reservas monetárias importantes.

O esforço que teve maior efeito foi o que conduziu ao estabelecimento da Comissão Econômica para a América Latina, (CEPAL), das Nações Unidas, visando à realização de estudos econômicos, fundamentais pa-

ra uma plena consciência dos problemas latino-americanos.

Por essa mesma época, começaram a se concretizar as tendências para a formação de blocos econômicos regionais em distintas partes do mundo. Acreditava-se que medidas equivalentes às tomadas pelas comunidades econômicas européias, aplicadas em âmbito latino-americano, trariam efeitos semelhantes.

Os estudos da CEPAL, chefiados pelo economista Dr. Raul Prebisch, se constituíram os elementos fundamentais do atual esforço para intensificar o comércio interlatino-americano e a ajuda econômica mútua de nossos países, com vistas a estruturar um mercado comum para a área.

A origem específica da tendência integracionista surgiu na VI Conferência da CEPAL em 1955, com a criação do Comitê de Comércio, o qual solicitou à Secretaria Executiva da Comissão a designação de grupos de especialistas, para que projetassem a possível estruturação de um Mercado Regional. Desde então a idéia de um Mercado Comum adquiriu força e da vez mais acelerada na opinião pública da América Latina:

2.1.1. Fatores reconhecidos como principais impulsores do Mercado Comum

Como resultado do estudo que uma Comissão de especialistas mexicanos realizou em diversos países latino-americanos, em julho de 1958, foram determinados os seguintes fatores comuns para o impulso à formação do referido mercado:

a) o estabelecimento do Mercado Comum Euro-africano, que com suas promessas de intensificar a produção de matérias-primas nas ex-colônias Européias, agora países participantes, ameaçava seriamente nossos mercados tradicionais do exterior de artigos semelhantes;

b) o crescimento da população latino-americana, que segundo informes da CEPAL, aumentará de 38 milhões de pessoas a força de trabalho de nossa região, em 1975. Deste aumento, somente um máximo de 5 milhões poderá ser absorvido pela agricultura. Apresenta-se então, o alarmante dilema de buscar acomodar os 33 milhões de trabalhadores que somente poderão ser absorvidos por uma maior industrialização;

c) os esforços de desenvolvimento econômico em nossos países, relativos ao crescimento da produção industrial, se vêem obstaculizados pelas dimensões do mercado.

A elevação do poder aquisitivo em nossas economias está dependendo das divisas que se obtêm com a venda de poucas matérias-primas. Por outro lado o aumento constante dos preços dos bens de inversão, bem como das manufaturas que se importam, ameaçam, desequilíbrios cada vez maiores da balança de pagamentos. Tudo isso leva ao debilitamento de nossas moedas e em consequência os níveis de vida de certos setores, especialmente populares, tendem a decrescer, intensificando a instabilidade social.

d) a necessidade cada vez maior de investimentos nacionais apresenta a alternativa de aumentar a poupança forçada, com sérios perigos para o desenvolvimento institucional de nossos países, ou de incrementar o lucro para derivar dele maiores níveis de poupança voluntária. A intensificação desse lucro requer, por sua vez, uma racionalização de nossa estrutura econômica que utilize plenamente a especialização regional e a disponibilidade de capital e trabalho.

2.1.2. Conferências e reuniões prévias para a formação da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC)

Em princípios de 1958, na primeira reunião de grupo de especialistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em Santiago do Chile, foram elaboradas as bases do futuro Mercado Regional. Entre outros pontos, em forma preliminar, foram as seguintes as decisões:

a) o Mercado Regional deverá estar aberto para a incorporação de todos os países latino-americanos;

b) deverá ser objeto último do Mercado Regional a inclusão de todos os bens que em seu âmbito se produzem;

c) os países menos desenvolvidos deverão ser objeto de tratamento especial, a fim de que participem plenamente das vantagens do Mercado Regional;

d) o Mercado Regional deverá chegar em última instância, à unificação das tarifas aduaneiras ante o resto do mundo;

e) a especialização de atividades do Mercado Regional deverá ser o resultado do livre jogo das forças econômicas;

f) o Mercado Regional, para sua maior eficácia, deverá ter um regime especial de pagamentos multilaterais;

g) reservar-se-á aos países participantes a faculdade de impor restrições temporárias as suas importações;

h) os países restringirão as importações de produtos agrícolas, quando forem indispensáveis para a manutenção regular destas atividades;

i) dever-se-á evitar que as exportações de um país participante, mediante práticas de competição desleal, prejudiquem as atividades de outros países do mundo;

j) o Mercado Regional deverá contar com um regime adequado de crédito e assistência;

k) será necessária a criação de um órgão de integração, formado pelos governos participantes e o estabelecimento de um regime de arbitragem;

1) a realização do Mercado Regional dependerá, em alto grau, da iniciativa privada.

Em fevereiro de 1959, na cidade do México, reuniu-se uma Comissão de especialistas de alto nível em matéria de integração, de vários países da América Latina e com a participação de altos funcionários das Nações Unidas e da CEPAL.

Nesta reunião foram examinadas as características básicas do Mercado Regional apresentadas anteriormente, assim como as possíveis soluções. Entre os temas analisados em maior detalhe, se encontravam: o problema da incorporação dos membros e a possibilidade de se criarem mercados regionais parciais, como primeiro passo à formação de um sistema que compreenda toda a região latino-americana; o alcance do mercado regional no que respeita a vários grupos de produtos, tais como os agrícolas, os bens manufaturados de consumo e os de novas indústrias; a classificação dos países dentro do mercado comum, segundo o grau de desenvolvimento econômico; o sistema alfandegário comum com respeito ao resto do mundo; a especialização de determinadas indústrias e atividades; o sistema de pagamentos internacionais e a estrutura jurídica do Mercado Comum.

As conclusões da reunião realizada no México seriam submetidas aos governos latino-americanos, a fim de que pudessem ser examinadas na reunião plenária da CEPAL que teve lugar no Panamá, em maio de 1959, e que se constituiu num passo decisivo da integração econômica latino-americana, ainda que seus resultados não fossem totalmente os esperados. As deliberações desta reunião se manifestaram em 2 fatos de transcendental importância:

a) um acordo unânime sobre a necessidade inevitável de integrarem um mercado comum nessa parte do continente, se é que se pretende assegurar nosso desenvolvimento industrial, fortalecer nossas economias e combater as flutuações desfavoráveis dos preços de matérias-primas nos mercados mundiais;

b) tratamento oficial, discussão e identificação plena dos obstáculos com que se defronta o estabelecimento de um mercado comum.

A primeira conclusão, que implica numa aceitação oficial da meta do Mercado Comum, retira o problema de âmbito puramente técnico, acadêmico ou idealista e o situa na conversação política decisiva.

Foi aprovada, na Reunião do Panamá, a formação de um grupo constituído de especialistas de alto nível, designados pelos governos latino-americanos ou pela CEPAL, e que deveria ser convocado antes do mês de fevereiro de 1960, para redigir um anteprojeto de acordo para a formação do Mercado Comum Latino-americano.

Tal anteprojeto, devidamente examinado, será convertido em projeto definitivo pelo Comitê de Comércio da CEPAL, para submetê-lo aos

diferentes governos. Para tanto, a Secretaria da CEPAL deveria prosseguir nos estudos fundamentais em matéria alfandegária, cambial, de transportes, de produtividade, etc.

Em julho de 1959, em Lima, teve lugar uma reunião de especialistas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, dedicada a estudar o anteprojeto da criação de uma zona de Livre Comércio na América do Sul. Esta reunião foi um prolongamento da que tiveram os 4 países iniciadores do projeto (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai) no Rio de Janeiro, na segunda parte de junho, e da qual participou o Secretário Executivo do GATT (General Agreement of Tariffs and Trade), considerando-se nela a compatibilidade existente entre o projeto da zona de Livre Comércio e as obrigações contraídas com o GATT pelo Brasil, Chile e Uruguai.

Ao finalizar a reunião, a representação do Uruguai convidou oficialmente os demais participantes, a uma reunião Formal e Diplomática que se efetuariá em Montevideu, em princípios de outubro de 1959, para tratar sobre o texto final do projeto de convênio sobre uma zona de livre comércio.

Os quatro países estão certos de que seu projeto difere do Mercado Comum para toda a região, auspiciado pela CEPAL. A este respeito, em uma reunião do Conselho Econômico Social da ONU, em Genebra, o Dr. Prebisch, Secretário da CEPAL, declarou que "pretender que o problema do Mercado Comum poderia circunscrever-se a um grupo limitado de países e dar as costas ao resto dos países da América Latina seria um formidável erro histórico".

Em setembro de 1959, em Montevideu, foi concluída uma conferência de suma importância para a integração da América Latina. Representantes dos governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai aprovaram o texto de um projeto de Tratado da Zona de Livre Comércio entre esses países. São os que levam a cabo a maior parte do atual comércio latino-americano e, além destes, se incorporaram 3 países de menor desenvolvimento, que não haviam participado das propostas originais, e ficou estabelecida a possibilidade de acesso, em condições equitativas, para os outros países latino-americanos.

O projeto de Montevideu não é o mesmo estudo para a formação do Mercado Comum Latino-americano que foi discutido no México, Panamá e Santiago, todavia as suas bases foram incorporadas àquele.

O Tratado de Montevideu, firmado em fevereiro de 1960 por sete (7) países, institui a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) que representa o feito mais real para tornar possível a formação do Mercado Comum Latino-americano, em uma fase posterior.

Decorridos nove anos da assinatura do Tratado em fins de 1969, as Partes Contratantes se reúnem na Venezuela com o objetivo de avaliar os resultados do processo de integração da ALALC.

Essa reunião dá lugar à redação de um Protocolo Modificatório do Tratado de Montevidéu, que se denomina Protocolo de Caracas. Esse instrumento jurídico, cujo texto está incorporado em anexo a este trabalho, contém em síntese o seguinte:

a) Atento a que os resultados alcançados não coincidem com as previsões do Tratado de Montevidéu, amplia-se o período para estabelecer a Zona de Livre Comércio até o dia 31 de dezembro de 1980 (Segundo o Tratado de Montevidéu, a referida zona deverá estabelecer-se em 1972);

b) os estudos, projetos e planos determinados pelo Tratado de Montevidéu, para o estabelecimento de um Mercado Comum Latino-americano, devem realizar-se antes de 31 de dezembro de 1973;

c) não se considera obrigatório, até 1974, o dispositivo do Tratado (artigo 7) que determina os prazos e percentagem de liberação do comércio intrazonal;

d) até 1974, se reduz a 2,9% a percentagem anual de redução de tarifas para as importações intrazonais (o Tratado determinava 8% anual). Essa percentagem pode ser menor para os países de menor desenvolvimento relativo ou para aqueles que tivessem sérias dificuldades ao efetuar a citada redução.

2.2. Organização da ALALC

A ALALC, como instituição, classificou seus órgãos em básicos e auxiliares.

No primeiro grupo, encontramos o Conselho de Ministros, a Conferência e o Comitê. Como órgãos auxiliares temos as Comissões Consultivas, Comissões Assessoras e os Conselhos.

A criação dos órgãos auxiliares foi motivada pela necessidade que a Instituição sentiu de informações seguras e técnicas para sua atuação. Além desta assistência, pode, também, contar com a colaboração de organismos internacionais como a CEPAL, BID, de grupos de estudos de assuntos específicos das áreas e de reuniões setoriais com o mesmo fim.

2.2.1. Organismos básicos

2.2.1.1. Conselho de Ministros

Criado por um protocolo entre as nações participantes, o Conselho de Ministros passou a existir a partir de 1966.

O fator fundamental que provocou a criação deste Conselho foi a necessidade de apoio político que busca a ALALC para execução de seus objetivos. Geralmente os países contratantes são representados pelos seus ministros de Relações Exteriores, ou por aqueles que, em seus países,

tratem, em nível ministerial, dos assuntos atinentes à matéria.

Pela própria participação de Ministros de Estado no Conselho, este tornou-se o órgão supremo para condução da política superior da ALALC. Quanto ao processo decisório, em tal órgão todos os países participantes têm seus votos com o mesmo peso e que o Conselho de Ministros deve reunir-se pelo menos uma vez ao ano para a fixação de diretrizes da instituição no período.

2.2.1.2. A Conferência

Quando do estabelecimento do Tratado, este órgão exercia as funções supremas que, hoje, são exercidas pelo Conselho de Ministros.

A Conferência se reúne em forma ordinária uma vez por ano, entre outubro e dezembro, embora, também, possa fazê-lo extraordinariamente quando convocado pelo Comitê Executivo Permanente.

Embora a Conferência esteja encarregada das providências necessárias para o cumprimento dos fins do Tratado de Montevideu, sua principal função tem sido colocar em prática dois dos mecanismos básicos da Instituição, a feitura de listas nacionais anualmente e a lista comum em cada três anos, e, finalmente, avaliar seus resultados.

Quando em reunião, seu processo decisório está baseado em que uma votação, para ter validade, tem que contar com a participação de pelo menos 2/3 das Partes Contratantes.

A aprovação de determinada proposta se dá pela maioria de 2/3 dos votantes e nenhum voto contrário. A abstenção, no caso, não é considerada voto contrário.

Entre as funções do Conselho, temos a eleição do presidente, do vice-presidente, do secretário executivo a escolha da sede e datas das reuniões, bem como aprovar e modificar sua agenda, além da aprovação do Orçamento da própria ALALC, e aprovar o calendário anual do Comitê Executivo Permanente.

Para executar estas funções, o órgão conta com a colaboração das seguintes Comissões: Negociações, Credenciais, Assuntos Especiais e Coordenação.

A primeira tem a importante responsabilidade das normas em que se desenvolverão as negociações, bem como sobre a classificação da origem das mercadorias. Em virtude destas duas atividades básicas, a Comissão centraliza o método e ordem pela qual serão levadas a cabo as negociações, no sentido de determinar os produtos que entrarão no programa de liberação (listas) e as reduções fiscais que poderão sofrer os mesmos. Diante disso, cabe a esta Comissão, portanto, preparar a ata que será submetida à Conferência, bem como, ao final, emitir informe sobre o resultado das negociações.

Sobre a Comissão de Credenciais, o seu próprio nome define suas funções.

Quanto à Comissão de Assuntos Especiais, tem suas funções ligadas à aceleração dos trabalhos da Conferência, quando trata de questões específicas, exemplificando-se pelo exame de questões da salvaguarda de interesses, redação de acordos, etc.

A Comissão de Coordenação tem as funções de analisar os temas gerais, organizar os trabalhos da Conferência e se pronunciar sobre os temas da agenda que serão matéria de decisão de Conferência. Destaca-se nesta comissão que suas atividades são como aglutinadoras das três anteriormente explicitadas, pela natureza de suas funções e pela participação dos chefes das delegações das partes contratantes.

2.2.1.3. Comitê Executivo Permanente

O Tratado de Montevideu para que entrasse em vigor rapidamente, teve que recorrer à formação de um Comitê Provisório, tendo o mesmo a duração de pouco mais de um ano. Foi o órgão predecessor do Comitê Executivo Permanente.

Quando começou as suas funções, em julho de 1961, já tinha caracterizadas suas atribuições como executivas, dentro das determinações emanadas pelo Conselho de Ministros ou a Conferência. Também representa a Associação ante as Partes Contratantes, terceiros países e organismos internacionais.

O CEP está integrado por um Delegado de cada Parte Contratante, ao nível de Embaixador, denominado Representante, com direito à voz e a voto, estando os mesmos assistidos por um suplente que pode substituí-lo quando ausente, e um corpo de auxiliares.

O Comitê Executivo Permanente elege, anualmente, entre os representantes dos países participantes, um presidente e dois vice-presidentes. O posto máximo do comitê é ocupado por rodízio, seguindo uma ordem alfabética dos países.

O CEP conta com um Secretário Executivo e dois Secretários Executivos Adjuntos, desde 1967. A Secretaria Executiva tem a seu cargo a realização de trabalhos técnicos solicitados pelo Conselho, a Conferência ou o CEP, feitos através de dois Departamentos Técnicos: Assuntos Econômicos, Assuntos Industriais, Política Comercial e Assuntos Agropecuários. Existe, também, como setores de apoio, o Departamento Administrativo, os serviços de Estatística, de Biblioteca e Documentação, e de Informações e Publicações.

2.2.2. Organismos auxiliares

2.2.2.1. Comissões Consultivas

As Comissões Consultivas estão integradas por representan-

tes dos diversos setores em tôdas as gamas de atividades econômicas dos países membros, visando fornecer à CEP suas análises sobre os assuntos que deveriam ser matéria de exame quando de reuniões dos órgãos básicos.

Os membros destas comissões são escolhidos pelos membros permanentes da Associação. Eles se reúnem em seções privadas, com caráter ordinário, uma vez por ano. As recomendações provenientes destas comissões se adotam pelo mesmo sistema de votação (2/3), mas, como são medidas econômicas, a prática demonstrou que a unanimidade é fundamental.

2.2.2.2. Comissões Assessoras

As Comissões Assessoras foram criadas para obter no CEP uma ação conjunta e harmônica das Partes Contratantes, em aspectos que são do interesse de cada um dos governos. Estão, para isso, integradas por representantes técnicos dos países participantes, tendo o encargo de assessorar em campos específicos para os quais são chamados. A convocação é feita por intermédio da Secretaria, que também formula a Agenda com prévio conhecimento dos setores interessados, através das Representações Permanentes.

Como órgão auxiliar, as Comissões Assessoras, anualmente, no mesmo processo de eleição, antecipam as matérias que serão estudadas. Os estudos são efetivados pelas oito comissões que são: Estatística, Desenvolvimento Industrial, Origem, Transporte, Assuntos Monetários, Assuntos Agropecuários, Política Comercial e Nomenclatura.

2.2.2.3. Os Conselhos

O propósito dos Conselhos é permitir uma participação mais ampla de funcionários nacionais de alto nível, bem como de organismos dos países da Associação que tem suas funções ligadas aos problemas da área.

Os Conselhos também permitem que os funcionários e autoridades nacionais, com poder decisório inerente a seus cargos, possam adotar conjuntamente decisões que provoquem melhoras operativas para as áreas de suas esferas de competência respectiva.

Existem atualmente três conselhos: o da política financeira e monetária, o de transporte e comunicações e de política agrícola, podendo o Comitê Executivo Permanente, quando o julgar oportuno, criar 2 conselhos mais: o de política comercial e o de desenvolvimento econômico.

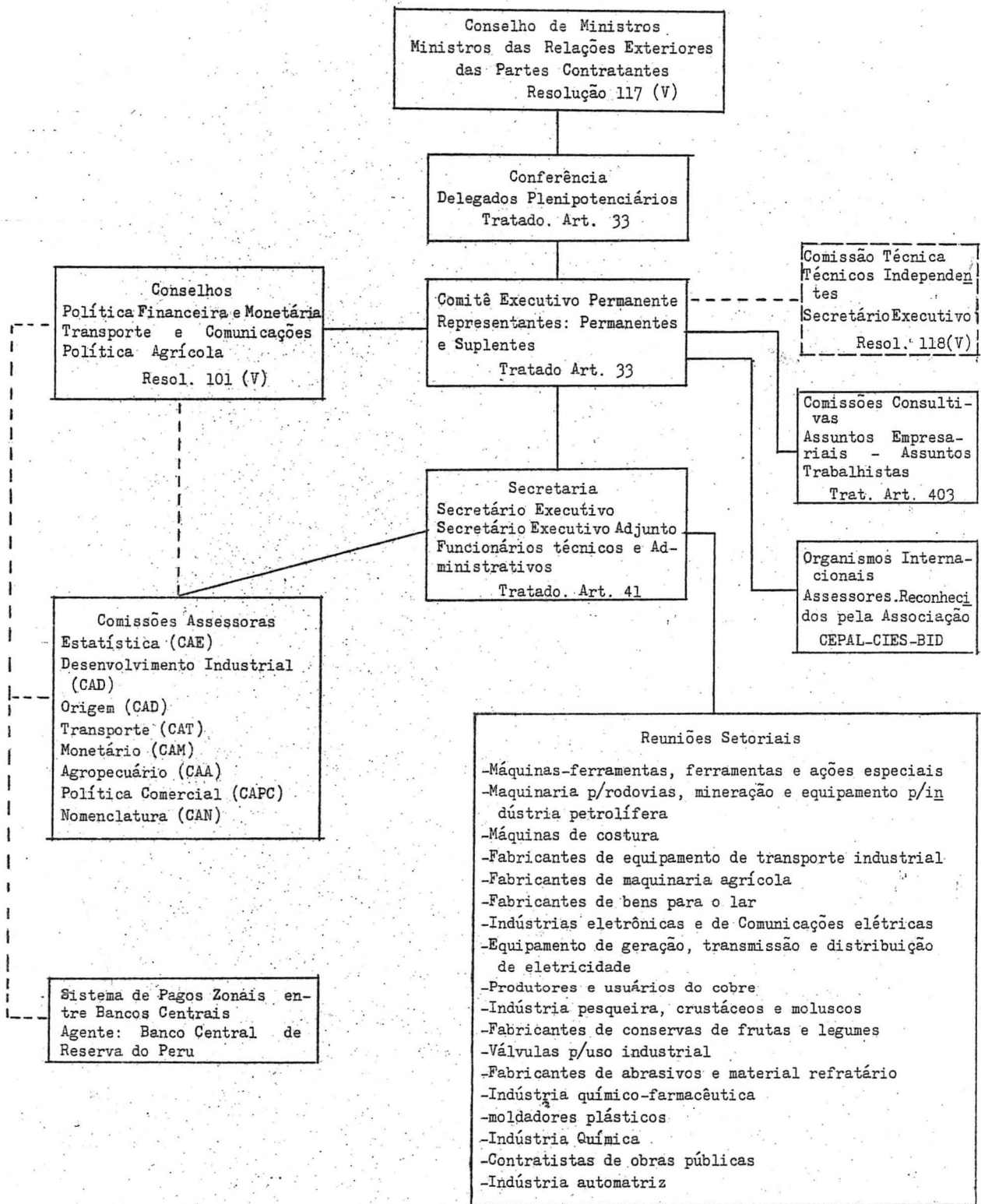
Cada um deles tem a responsabilidade de se pronunciar sobre todos os assuntos que lhes são pertinentes e que devem ser tomados como diretrizes gerais da Associação.

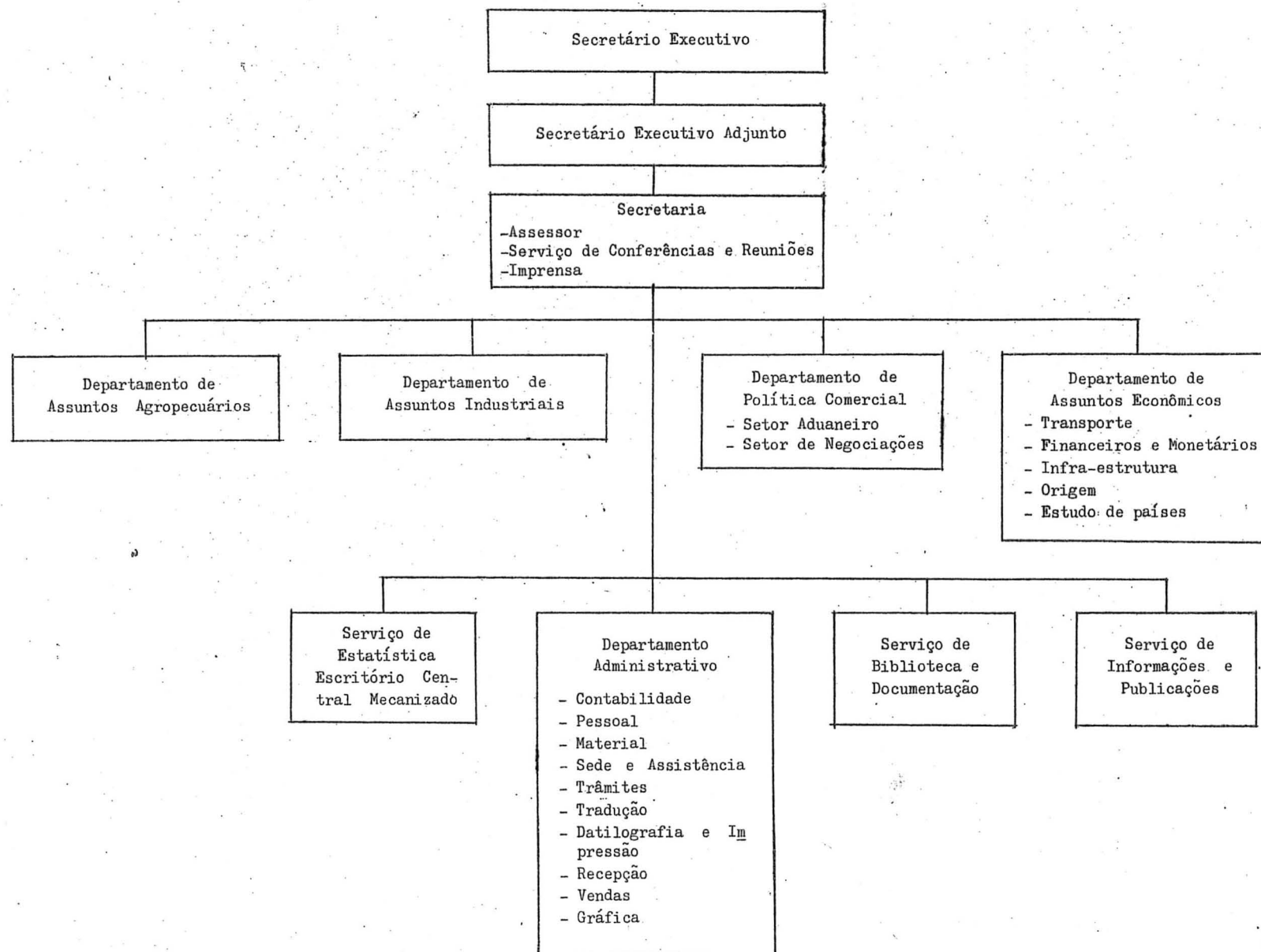
A seguir, se apresentam dois organogramas detalhados para facilitar uma visão global. O primeiro deles é específico do Comitê Executivo Permanente e o outro, da Associação.

2.3. Alguns efeitos do Tratado de Montevideu no Comércio Intrazonal.

A partir da vigência do Tratado de Montevideu, se observa que a participação do intercâmbio intrazonal, no comércio exterior dos países membros, evidenciou incremento. Assim se constata que, enquanto no biênio de 1960-1961 esta participação foi da ordem de 6,45%, no período 1967-1968 a mesma ascendeu a 10,9%. Este incremento foi muito significativo para algumas das partes contratantes; O Brasil, por exemplo, que exportava US\$ 95.000.000 em 1961, alcançou a US\$ 197.000.000 e \$ 182.000.000 nos anos de 1965 e 1966, respectivamente. No item das importações as cifras foram de \$ 45.000.000 de dólares, \$ 190.000.000 de dólares e \$ 167.000.000 de dólares nos anos citados, para o mesmo país.

Os quadros seguintes detalham a evolução do Comércio Intrazonal nos anos 1952-1968 e o número de concessões acumuladas no período 1962-1969.





COMÉRCIO INTRAZONAL DOS PAÍSES DA ALALC

1952/1968

US\$ 1.000.000

Anos	Exportações	Importações	Total	Índice s/total 1961=100
1952	359	449	808	123
1953	509	525	1.034	157
1954	495	539	1.034	157
1955	508	574	1.082	164
1956	358	408	766	116
1957	396	441	837	127
1958	374	403	777	118
1959	324	355	679	103
1960	340	375	715	108
1961	299	360	659	100
T R A T A D O D E M O N T E V I D E U				
1962	353	420	773	117
1963	425	506	931	141
1964	556	646	1.202	182
1965	635	771	1.406	214
1966	675	782	1.457	221
1967	651	764	1.415	215
1968	756	848	1.604	244

Fonte: Direction of International Trade: 1952/1957

Partes Contratantes: 1958/1960

Serviços Oficiais de Estatística das Partes: 1961/1968

PERCENTAGEM DAS IMPORTAÇÕES INTRAZONAIS DE CADA
PAÍS, COM RELAÇÃO A SUA IMPORTANCIA TOTAL

1962/1968

Países	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968
Argentina	8	10	16	21	20	24	20
Brasil	9	11	13	17	11	11	10
Colômbia	2	4	6	8	8	7	6
Chile	16	18	21	20	18	18	18
Equador	4	4	5	5	5	6	6
México	1	1	1	2	2	2	2
Paraguai	14	24	29	24	25	25	23
Peru	8	11	10	11	11	11	16
Uruguai	15	18	25	21	28	26	26
ALALC	7	9	11	13	11	11	11

Fonte: Séries Estatísticas 2 y 3 CEP/Repertório 1161

ALALC

NÚMERO DE CONCESSÕES EM VIGOR

1962/1969

PAÍSES	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Argentina	414	1.072	1.280	1.363	1.537	1.621	1.717	1.837
Bolívia	-	-	-	-	-	-	178	194
Brasil	619	1.250	1.312	1.352	1.511	1.603	1.710	1.802
Colômbia	268	619	704	714	745	751	766	777
Chile	343	833	864	872	894	917	959	970
Equador	-	1.714	1.677	1.680	1.689	1.689	1.697	1.720
México	288	607	727	802	937	1.030	1.090	1.173
Paraguai	520	589	665	663	677	691	691	696
Peru	227	299	355	364	392	402	424	470
Uruguai	567	610	664	664	676	689	716	784
Venezuela	-	-	-	-	-	-	434	444
T o t a l	3.246	7.593	8.248	8.474	9.054	9.393	10.382	10.867

Fonte: ALALC

NÚMERO DE CONCESSÕES POR ANO

1962/1969

Países	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	Total
Argentina	414	658	208	83	174	84	96	120	1.837
Bolívia	-	-	-	-	-	-	178	16	194
Brasil	619	631	62	40	159	92	107	92	1.802
Colômbia	268	351	85	10	31	6	15	11	777
Chile	243	490	31	8	22	23	42	11	970
Equador	-	1.714	-37	3	5	4	8	23	1.720
México	288	319	120	75	135	93	60	83	1.173
Paraguai	520	69	76	-2	14	14	-	5	696
Peru	227	72	56	9	28	10	22	46	470
Uruguai	567	43	54	-	12	13	27	68	784
Venezuela	-	-	-	-	-	-	434	10	444
T o t a l	3.246	4.347	655	226	580	339	989	485	10.867

Apesar de que o número de concessões anotadas no quadro anterior é elevado e que as mesmas são extensivas à quase totalidade de produtos que são objeto de importações zonais de cada país, o aproveitamento destas tem sido muito baixo. Efetivamente, no triênio 1963-1965, somente 34% das concessões foram utilizadas.

Isto significa que 66% das mesmas não geraram comércio no período considerado, reduzindo a aproveitamento que se torna mais significativo se se analisa o fenômeno segundo a natureza dos produtos importados. Assim teremos que sobre 1.700 concessões a produtos químicos somente 20 geraram intercâmbio. Praticamente nula foi a utilização das correspondentes a tabaco, confecções, aparelhos de uso doméstico e, o que é particularmente importante, máquinas para uso industrial. Pelo contrário, os bens alimentícios e as matérias-primas procedentes do setor primário representaram o componente mais alto da percentagem antes aludida (34%).

Como resultado positivo, é importante assinalar os estudos realizados pela ALALC para estabelecer dispositivos comerciais comuns, tendentes à harmonização da estrutura aduaneira e tributária dos países-membros. Na medida em que sejam adotados pelos integrantes da ALALC muito se terá adiantado em favor de uma zona de livre Comércio.

2.3.1. Problemas que deve enfrentar a ALALC

Se bem que é certo que os resultados expostos não compreendem a totalidade dos resultados alcançados pela Instituição, eles servem como indicadores de uma série de problemas que é conveniente apontar, consignando as prováveis causas que os originaram.

O Tratado de Montevideu foi considerado desde o momento de sua assinatura em 1960, somente como um primeiro passo, relativamente modesto num processo de integração que posteriormente deveria complementar-se com base em novos compromissos e novas decisões.

O Tratado constitui um acordo comercial bastante limitado com relação à idéia de integração. A liberação do comércio intraregional se dá na base de negociações coletivas, produto por produto. Os países-membros se vêem obrigados a reduzir as tarifas de uma parte não muito significativa (8% anual) dos produtos de sua pauta, embora esses produtos constituam grande parte do comércio intraregional. Isto era objeto de pactos bilaterais já existentes entre os países da parte Sul do continente.

O aspecto mencionado, mais a excessiva flexibilidade concedida às partes para formar suas listas nacionais, fez com que a possibilidade de negociação fôsse fácil nos primeiros anos de funcionamento do Tratado e logo se tornasse lenta e complexa.

Não se estabeleceu compromisso algum sobre a harmonização das tarifas externas, ainda que se tenha declarado a conveniência de que isto fôsse alcançado no futuro.

A enumeração seguinte inclui os problemas que teve de enfrentar a Organização para levar a cabo os objetivos traçados pelo Tratado de Montevideu.

Em primeiro lugar, se detalham os obstáculos que são produto de deficiências emanadas do próprio Tratado de Montevideu ou do funcionamento da Organização. Deve-se esclarecer que a ALALC está procurando a solução de muitos desses problemas intrínsecos, na medida em que essa solução dependa dela mesma.

a) Não há sistema de investimentos compensatórios. Não se têm realizado suficientes estudos de setores e conjuntos produtores que permitam distribuir, em forma equitativa e interessante para todos os países, as possibilidades de investimento.

b) Com exceção do acordo sobre a indústria petroquímica, não se tem utilizado a capacidade dinâmica dos acordos de complementação que o Tratado de Montevideu prevê. Por seu intermédio se buscariam, sistematicamente, oportunidades de planejar em termos regionais o desenvolvimento futuro de todo um setor industrial.

Os referidos acordos outorgarão aos produtos respectivos um grau de liberação tendente a: eliminar totalmente as restrições; uniformizar as tarifas frente ao resto do mundo.

c) É necessário transformar o estatuto jurídico relativo aos acordos de complementação, ampliando suas possibilidades de realização.

d) Não se estabeleceram normas formais de harmonização de regimes sobre: capitais estrangeiros; sistema comercial; regime de tributação interna e nomenclatura tributária; política monetária.

Eles se encontram em estudos pelos organismos auxiliares da ALALC.

e) Não existe uniformidade e extensão da redução que se outorga a cada produto, pelo que somente em raras ocasiões se vai conformando um verdadeiro mercado regional para um produto.

f) Têm-se alcançado níveis muito baixos de competição na produção zonal e na racionalização da futura inversão.

g) Não se têm comprovado exemplos de que as reduções tarifárias combinadas na zona hajam levado a realização de novos investimentos nos países exportadores ou à diminuição de custos em alguma linha de produção.

i) Alega-se falta de capacidade gestão e de promoção das atuais instituições; uma das causas será o fato de que o Comitê da ALALC

está formado por delegados governamentais de cada país e não por "latino-americanos".

j) O sistema atual da ALALC não está preparado para impulsionar a zona para além das obrigações partidas no Tratado de Montevidéu, nem para resolver os problemas de desequilíbrio que tendem a produzir-se ainda nas primeiras fases da negociação seletiva.

No que se refere a obstáculos extrínsecos, isto é, externas à própria ALALC, mas que incidem sobre seu funcionamento, pode-se enumerar:

- a) Deficiência do sistema de transportes e comunicações.
- b) Inexperiência dos produtores em matéria de exportações para a zona. Obsolescência do aparelho administrativo no que se refere à promoção de exportações. Defeitos da organização comercial e da promoção de vendas.
- c) Instabilidade monetária.
- d) Persistência da instabilidade das taxas de câmbio de cada país.
- e) Regimes diversos de negociações e provisão de divisas para importações. A ALALC está efetuando estudos destinados a harmonizar a estrutura do sistema cambial dos diversos países-membros.
- f) Debilidade dos mercados de capital na América Latina.
- g) Os Bancos Nacionais da América Latina não desempenharam um papel importante no financiamento do comércio intraregional. Isso se deve ao fato de que grande parte destes venham tendo por quadro, durante longos anos, os acordos bilaterais de comércio e pagamentos.

Quando estes tinham vigência, os bancos comerciais cumpriam funções de intermediários, enquanto os bancos centrais respectivos centralizavam as operações e eram sub-rogatários das dívidas e créditos com o exterior. Quando os países abandonaram o bilateralismo e restabeleceram a convertibilidade de suas moedas, a falta de experiência em matérias de negociação direta, assim como as dificuldades nas balanças de pagamento dos países (que não garantiam aos banqueiros uma margem suficiente de segurança em suas operações) tem impulsionado os bancos comerciais a efetuarem as operações de comércio intrazonal por intermédio dos bancos estrangeiros da região.

Um importante passo para a superação deste problema é o estabelecimento de uma câmara de compensação para o comércio intrazonal, estabelecida por vontade dos países-membros, no Banco Central de Reserva do Peru.

h) Alguns países da zona não encontraram urgência política em integrar-se economicamente.

i) Muitas nações não visualizam no mercado integrado condições dinâmicas que favorecerão seu próprio desenvolvimento a curto prazo.

j) As diferenças no desenvolvimento interno de cada país produz em desconfiança da Argentina, Brasil e México, ante as possibilidades de integração e desconfiança do resto dos países ante os três primeiros mencionados.

As outras nações acreditam que a integração com os países mais desenvolvidos obstacularizaria o processo de industrialização dos países restantes.

k) A dependência externa das economias nacionais latino-americanas freia o processo de integração.

Ante tais problemas, e sobre a base da hipótese de que, fora de um plano de integração econômica regional dos países latino-americanos, estes não podem abrigar a menor esperança nem ter a menor ilusão de superar o subdesenvolvimento, os estudiosos da problemática da integração propõem as seguintes decisões: as que se situam em primeiro lugar pretendem que os organismos instituídos possam funcionar com um máximo de operatividade, que as concessões outorgadas como consequência do Tratado de Montevideu rendam o máximo de benefícios, e que este Tratado se cumpra com sua primeira finalidade, ou seja, intensificar o comércio dentro da zona e substituir as compras realizadas a terceiros; as que se formulam em segundo lugar têm como objetivo alcançar que se criem organismos novos indispensáveis para que o Tratado de Montevideu possa servir a outros propósitos igualmente indispensáveis para o desenvolvimento latino-americano (complementação industrial, defesa da área frente às políticas discriminatórias dos blocos econômicos ou dos grandes centros industriais, promoção da necessária integração regional em uma dimensão maior, etc.)

Como se poderá observar, os dois tipos de soluções que à continuação se enumeram, tendem a dar uma resposta aos problemas intrínsecos e extrínsecos que foram detalhados anteriormente.

Assim, com referência aos problemas intrínsecos, os especialistas na matéria aconselham:

a) Assegurar o pleno aproveitamento das franquias aduaneiras concedidas às Partes Contratantes (campanhas de promoção, sistema de informação especializado, que chegue a todos os setores interessados, aceleração das reduções alfandegárias que ainda não situam o exportador zonal em situação competitiva, eliminação de regimes que anulam a posição preferencial criada para o exportador da zona, etc.)

b) Elaboração de um plano audacioso de eliminação dos estrangulamentos originados pela falta de sistemas de transporte adequados.

Para tal efeito, seria conveniente a criação de um organismo integrado pelo setor oficial e/ou privado de cada país, que planifique, reúna investimentos multinacionais para os projetos e gestões de financiamento externo necessário.

c) Acelerar o programa de liberação de tarifas, fixando metas quantitativas de redução e eliminação, que deveriam ser complementadas com outras medidas de apoio.

d) Abandonar estreitos critérios protecionistas, que paralizam o funcionamento da ALALC.

e) Ampliar as faculdades e reforçar a autoridade da Secretaria Executiva, a fim de que evolua, com as devidas modificações, até uma forma de organismo supranacional, que oriente as atividades da ALALC, promova novas idéias e soluções, e influa pelo seu caráter nos países membros, atuando, desta maneira, de conformidade com sua natureza de organismo executivo.

Com relação aos problemas extrínsecos se consignam em seguida as propostas mais significativas que até o momento foram formuladas pelos especialistas:

a) Determinar bases de acordos de complementação industrial ao nível de um organismo de planificação regional, formado por delegados de Comissões ou Juntas de Planejamento, que já atuam na maioria dos países, e por representantes da iniciativa privada.

b) Estabelecer um organismo que sirva para coordenar a política de comércio exterior dos países-membros com terceiros, e que assumam sua representação ante os blocos e as instituições internacionais especializadas.

c) Constituir um fundo de promoção do Mercado Latino-Americano, que opere mediante adequadas fórmulas de financiamento, a médio e longo prazo. A ALALC já começou um trabalho nesse sentido.

d) Estabelecer um mecanismo de união entre a ALALC e o Mercado Comum Centro-americano, como um primeiro passo a uma maior integração.

2.4. Resumo

A visualização de que a integração latino-americana implicava na solução mais viável para superar o desenvolvimento das nações desta parte do mundo levou à elaboração de numerosos estudos e acordos que se constituíram em valiosos antecedentes para a criação da ALALC.

O estabelecimento de uma zona de livre comércio foi considerada como o primeiro passo para um mercado comum, objetivo do Tratado de Montevideu.

Não obstante, a consideração de problemas específicos de cada país e a desconfiança com respeito às possibilidades de uma integração determinaram que o texto do Tratado de Montevideu limitasse os princípios contidos naqueles estudos.

Os interesses imediatos de cada país fizeram com que o próprio Tratado de Montevideu não se cumprisse em toda a sua amplitude e que fossem pouco aproveitados os instrumentos que o Tratado proporcionava.

O Tratado de Montevideu é hoje ineficiente para levar adiante a Integração. É necessária uma mudança da estrutura da ALALC, outorgando-lhe atribuições decisórias supranacionais e uma paralela transformação da atitude de cada país, com respeito à Integração, para que esta possa avançar. Em caso contrário, o processo para o mercado comum será realizado por outros organismos e terá como protagonistas uma parte limitada dos países da América Latina.

O Pacto Andino, cujos objetivos, limitações e perspectivas se analisarão adiante, poderá ser exemplo disso.

3. ACORDO DE INTEGRAÇÃO SUB-REGIONAL - PACTO ANDINO

3.1. Objetivos

A doutrina geral da integração pretende alcançar em pouco tempo, e mediante um esforço harmônico, um desenvolvimento auto-sustentado que assegure, aos povos que se integram, níveis econômicos e sociais compatíveis com o estado atual da tecnologia dos países mais avançados.

Com base nessa doutrina e seguindo a pauta marcada pelos países europeus, pioneiros dos movimentos integracionistas, os povos latino-americanos têm despendido esforços para estabelecer mercados comuns sub-regionais. Assim surgiram o Mercado Comum Centro-americano, a ALALC e, posteriormente, o Grupo Andino, objeto deste capítulo, além de vários acordos bilaterais e multilaterais de diversas ordens.

O acordo sub-regional, consciente da finalidade geral da integração, ou seja, a melhoria do nível de vida dos habitantes, vem traçando objetivos mais específicos para alcançar tal finalidade, entre os quais se podem destacar os seguintes:

a) Promover o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos países-membros;

b) acelerar o crescimento dos países do Acordo, mediante a integração econômica;

c) facilitar a participação dos referidos países no processo de integração previsto no Tratado de Montevidéu;

d) estabelecer condições favoráveis para a conversão da ALALC em um Mercado Comum.

O desenvolvimento harmônico e equilibrado, segundo assinala o artigo segundo do Acordo, deverá conduzir a uma distribuição equitativa dos benefícios da integração, de forma tal que se reduzam as diferenças entre os países-membros e não se dê lugar a que determinados países alcancem um tal grau de desenvolvimento que anule este objetivo. Em experiências anteriores, particularmente na ALALC, se fez evidente que países que tinham uma produção mais eficiente e diversificada foram beneficiados em maior proporção com o mecanismo de negociações seletivas, que aqueles de menor e médio desenvolvimento.

Com relação ao objetivo que tenda a acelerar o crescimento dos países-membros, é preciso assinalar que tem sido uma preocupação permanente da América Latina ver a integração econômica como um instrumento essencial para avançar mais rapidamente no processo de seu desenvolvimento e fortalecer, assim, suas relações econômicas em um mundo que

tende a organizar-se em blocos de dimensões continentais.

O terceiro objetivo se deriva da situação vivida pelos países-membros destes acordos no seio da ALALC, na qual se determinaram as 3 categorias de países propostas pelos especialistas que assistiram ao grupo de trabalho convocado pela CEPAL em 1959, na cidade do México, e somente se incluiu um tratamento especial para os países qualificados como de menor desenvolvimento relativo, razão esta por que os países de médio desenvolvimento iniciaram esforços tendentes a que se lhes assegurassem medidas especiais em virtude da limitação de seu mercado e da relativa insuficiência de seu desenvolvimento em determinados setores industriais.

Este fato determinou que a participação dos países que compõem o grupo Andino, no processo de integração previsto no Tratado de Montevideo, não tivesse maior significação.

O acordo sub-regional, em seu quarto objetivo, o de buscar condições favoráveis para converter a ALALC em mercado comum, tem uma concepção clara de que é possível a integração do todo, se as partes que houverão de compô-lo tenham adquirido coesão interna.

3.2. Limitações

Os países do grupo sub-regional andino terão que enfrentar uma série de limitações comuns também à ALALC, e que podem ser de origem endógena ou exógena ao acordo.

Dentro das primeiras se poderia assinalar, por exemplo, a inclusão do direito de veto, dentro dos mecanismos operativos do acordo. Este direito não permite adotar certo tipo de medidas, pois basta que um país se oponha para que elas não sejam aprovadas. Pois bem, o direito de veto pode, em determinadas circunstâncias, não ser um fator limitativo, senão um instrumento de defesa para os países de menor desenvolvimento, quando as decisões a se tomar sejam contrárias a seus interesses.

As limitações exógenas são mais notórias e podem ser de caráter político, estrutural, econômico, social, etc. Citaremos algumas delas, a instabilidade política poderá dificultar a continuidade da ação dos programas de desenvolvimento, aspecto que incidirá em uma ou outra forma na execução dos programas do acordo fixado para um período superior a 10 anos. As estruturas econômicas dos países-membros, em maior ou menor grau, apresentam deficiências de diversas ordens, por exemplo: a escassa variedade dos produtos de exportação, que incide negativamente na balança comercial, constituindo-se em um obstáculo para a integração; a acentuada dependência com respeito aos países extrazonais em matéria de comércio exterior; a estrutura dos preços de produtos industriais mostra marcadas diferenças entre os países da região, o que constitui um obstáculo que impede a implementação de condições mais livres no comércio entre os países da área; os planos de desenvolvimento da América Latina, se

bem que em seu contexto abranjam, a longo prazo, todas as variáveis econômicas do sistema, por razões práticas não orientaram todos os setores da economia nem incorporaram com o mesmo grau de efetividade todas as coisas importantes para o crescimento econômico.

Existe, por outro lado, um grau reduzido de vinculação entre as políticas de integração e o processo de planejamento nacional. Isso se deve em parte ao fato de só recentemente se ter iniciado a consolidação destes processos, bem como à inexistência de uma infra-estrutura de transporte adequada ao processo de integração. Igualmente se diria do caso das comunicações.

No âmbito social, compreendendo que a integração requer a participação não somente dos governos e de alguns setores econômicos, senão uma participação geral dos povos, será necessária uma certa predisposição, uma mudança de comportamento frente aos critérios tradicionais de fronteiras e outros aspectos com eles relacionados. Esta situação se apresenta como fator limitante em razão da pouca experiência e talvez da escassa confiança que os povos têm depositado nos programas integracionistas.

3.3. Compatibilidade com o Tratado de Montevideu.

Na primeira parte desse trabalho se havia assinalado que o acordo sub-regional dos países do grupo andino surgiu da necessidade de alcançar um desenvolvimento mais acelerado, para intervir em melhores condições dentro da ALALC. Por esta razão, e aproveitando que as normas jurídicas do Tratado de Montevideu permitem a subscrição de acordos sub-regionais, os países da área andina acharam conveniente a formulação de um acordo com características mais aproximadas à sua própria realidade e com mecanismos mais dinâmicos que, de imediato, parecem propiciar resultados positivos.

A compatibilidade do acordo de integração sub-regional com o Tratado de Montevideu se encontra legalizada pela resolução nº 179 do Comitê Executivo Permanente da ALALC, que se apóia, por sua vez, nas resoluções 202, 203 e 222 do Conselho de Ministros do mesmo organismo.

Na resolução nº 179 do Comitê Executivo se assinalam algumas normas sobre as quais deverá funcionar o Pacto Andino, entre as quais se destacam: a que indica que, no caso da adesão de países de menor desenvolvimento econômico relativo, estes gozarão do mesmo tratamento que Equador e Bolívia; a que estabelece que, de conformidade com as resoluções 202 e 222 a Comissão do acordo sub-regional, formada pelos representantes plenipotenciários dos governos firmantes, informará anualmente à Conferência (ALALC) sobre o funcionamento do Acordo Sub-regional.

3.4. Perspectivas

A juízo dos estudiosos do assunto, o acordo sub-regional ofere-

as perspectivas de bastante significação e amplitude, já que se fundamenta precisamente nas experiências obtidas pela ALALC em matéria de integração. O Pacto Andino supera, em suas concepções, certos elementos que sem dúvida afetaram a boa-marcha da ALALC, tais como a redução automática e irrevogável, em lugar da seletiva e negociada.

Os objetivos a alcançar através do acordo são viáveis, já que os países membros apresentam condições de desenvolvimento mais ou menos similares. Mesmo assim, essas condições induzirão naturalmente a uma participação proporcional nos benefícios obtidos pelo Pacto.

A presença de órgãos operativos dinâmicos, com faculdade de iniciativa, mandato preciso e poder normativo, colocam o Pacto em posição vantajosa frente a outros modelos de integração.

A alternativa de êxito existe também, porquanto se cria um órgão como a Junta, representativa do interesse da sub-região e a nível supranacional, que significa um passo adiante no que diz respeito à ALALC e ao mercado Comum Centro-americano.

Progressistas são também as normas que se incorporam para harmonizar o tratamento que os países-membros devem dar ao capital estrangeiro e as que permitem o surgimento de empresas multinacionais para integrar operações em dois ou mais países.

É interessante também o papel que vem a cumprir a Corporação Andina de Fomento, como organismo que, superando o quadro tradicional das entidades de crédito internacional, pode não só prestar ajuda financeira como assumir por si mesma a função de organizar empresas multinacionais e, ao mesmo tempo, ser capaz de canalizar recursos para novas indústrias dentro da sub-região.

Em resumo, pode-se dizer que os países da zona Andina têm dado passos alentadores para um acordo que permita um intercâmbio mais liberal da sub-região. O Grupo Andino pode converter-se, de um momento para outro, no articulador dos demais países da área para a conformação de um futuro mercado comum latino-americano. É assim que países como o Panamá e as Ilhas do Caribe estão considerando seriamente uma associação já com o mercado comum centro-americano e o grupo andino, como uma alternativa ao projeto pouco viável de criar sua própria associação comercial livre no Caribe.

O México, um dos três grandes, está vendo a forma de estabelecer uma associação com o Mercado Comum Centro-Americano e com o Grupo Andino. Argentina e Brasil, assim como o Uruguai e Paraguai, estão negociando acordos de compensação e complementação industrial que, eventualmente, poderiam conduzir a uma cooperação mais estreita entre eles. Porém, existe a alternativa de que seus pontos sejam divergentes e, então, a Argentina poderia buscar alguma forma de associação ou colaboração com o Acordo Sub-regional Andino. Circunstancialmente, um país como o Brasil

não poderá ignorar um sócio comercial como o Grupo Andino, uma vez que este se encontra funcionando. Nesta mesma ordem de idéias fica claro que os mercados sub-regionais da América Latina tenderão progressivamente a associar-se ou consolidar-se.

Dentro desta concepção, o desenvolvimento de regiões naturais que constituem unidades geo-econômicas homogêneas, também deve ser simultaneamente encarado, para acelerar ainda mais o estabelecimento de condições favoráveis para uma integração amplificada. Em tal sentido se tem ventilado, desde algum tempo entre alguns países, esta possibilidade de integração, ressaltando por sua importância (magnitude) e características, o desenvolvimento da Amazônia que se constitui num imperativo inadiável.

Os objetivos concebidos pelo Pacto Andino coadjuvam e facilitam a realização da aspiração prevista e além disso se conta dentro do grupo andino com os países amazônicos que indubitavelmente participarão com grande interesse na empresa proposta: a integração e desenvolvimento da Amazônia como um todo dentro do contexto latino-americano.

4. AMAZÔNIA

4.1. Visão Geral

Um dos problemas mais sérios que se encontra na região amazônica é a baixa densidade demográfica.

Tal questão, como veremos adiante, tem sido fator motivante para que os países da área tenham suas atenções voltadas para a região como um todo e, em particular, para a mesma matéria quando se torna um problema específico como é o caso das fronteiras políticas.

O tema das fronteiras será abordado, considerando a conceitualização já existente, dentro de dois tipos: vivas e mortas, para que melhor se esclareça a importância dos limites nacionais na região amazônica.

O primeiro caso, se caracteriza pela ocupação populacional das mesmas e transações comerciais, caso exemplificado pelos limites do Brasil com os países do Sul do continente, Uruguai e Argentina, e mesmo, em algumas partes, com o Paraguai.

O mesmo ocorre entre o Peru e a sua fronteira com o Chile, do Equador com o Peru e Colômbia, da Venezuela com o último, e assim por diante.

Tal situação, em nenhum caso, se verifica com os países que fazem fronteiras na Bacia Amazônica. São as chamadas fronteiras mortas.

Este seria um dos fatores que levariam os governos nacionais a formular políticas de desenvolvimento econômico e ocupação populacional, não só das zonas fronteiriças, mas tendendo a uma visão global de toda a região.

Outro fator importante, quando da apresentação de uma política voltada para esta área, é que, no contexto das nações em questão, a sua parte amazônica é considerada subdesenvolvida quando colocada em comparação com o restante do país, como nota o Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis, ou seja: Subdesenvolvimento dentro do Subdesenvolvimento.

Fora estas variáveis internas, é de relevância se considerar que a explosão demográfica do mundo pode provocar o interesse de outros países na transferência de seus excedentes populacionais, ou de minorias raciais, como ocorreu no século passado, quando se propôs a colonização da Amazônia com negros americanos. Tais sugestões preocupam os países da área. Na região amazônica como um todo, a média de hab/km² é de 0,5, uma das mais baixas do mundo.

4.2. Aspectos geográficos

Os países andinos estão, basicamente, divididos por três regiões geográficas bem demarcadas: litorânea, andina e amazônica.

A realidade nos mostra que, quanto aos países andinos, por distorções próprias, seus maiores centros de desenvolvimento e concentração populacional se dão nas regiões litorâneas e andina, limitando, portanto, a integração nacional à intercomunicação destas suas zonas.

Ocorre o mesmo com o Brasil. Embora por condições geográficas distintas, a amazônia brasileira se via isolada inteiramente do país, cujo maior núcleo populacional está na faixa litorânea ou na de maior desenvolvimento econômico, o centro-sul.

4.3. Integração nacional: Situação atual

A Venezuela formulou recentemente um programa de desenvolvimento agrário e ocupação populacional de sua fronteira sul, ou seja, a amazônica. Tal política está caracterizada pelos incentivos à migração para aquela zona, acrescida da construção de estradas que comuniquem a área com o resto do país.

A posição venezuelana está refletida na declaração feita à imprensa pelo Pres. Rafael Caldera, quando manifestou sua decisão de tomar medidas imediatas e a médio prazo que visem à ocupação e o desenvolvimento da região sul. Esta sua declaração se faz mais profunda na medida em que propõe um esforço multilateral de que participem Brasil, Colômbia e Guiana.

O Equador tem na via interoceânica a base do programa de integração do seu oriente com o resto do país e zonas amazônicas próximas.

Esta via começa no litoral, em São Lourenço, indo até os Andes por meio de ferrovia. A partir daí, até o Porto de Putumaio, através de estrada de rodagem. A última parte seria fluvial, interligando a cidade de Manaus com a do Porto Putumaio.

A recente descoberta de petróleo na região amazônica equatoriana fez com que o governo se utilizasse das concessões feitas para financiar parte deste projeto: assim, dentro em breve, o oriente equatoriano já não mais estará isolado do país.

A importância da interoceânica para a integração já se faz sentir, na medida em que está se executando uma política voltada para a ocupação deste território.

Fora isto, a interoceânica permitirá ao Equador uma saída pelo Atlântico, bem como ao Brasil, em reciprocidade, outra pelo Pacífico.

O Peru é sem dúvida, dos países da área, quem concretizou em grande parte um programa de integração do Departamento Amazônico de Loreto com o restante do país. Neste sentido, existem quatro fatores importantes a serem considerados. O primeiro deles vem a ser que, das zonas amazônicas nacionais, é uma das mais habitadas, tendo, em 1967, cerca de 400.000 hab. . O segundo é a importância da cidade de Iquitos, que constitui um centro e um polo governamental para executar seus programas para a área, bem como um porto importante da Amazônia.

O terceiro e quarto fatores dizem respeito à estradas. A rodovia que vai do litoral até Pucallpa, na Amazônia peruana, já está pronta. E sua continuação a interligará com o sistema rodoviário brasileiro.

A segunda, em fase de execução, mais ao norte do país, ligará também o litoral à Amazônia, indo de Olmos a Yurimaguas, a qual se unirá em Tarapoto com a estrada marginal da selva, o que aumenta sua importância.

Assim em termos mais imediatos, o Peru está avançando na sua política de integração nacional.

O Brasil é o país da área que executa uma política de maior amplitude. A criação da SUDAM, com toda a gama de incentivos fiscais, tem chamado para a zona inúmeros investimentos tanto agropecuários, como industriais.

A Amazônia brasileira se encontra dividida em dois polos de desenvolvimento: o ocidental, que tem como núcleo a região da cidade de Manaus, e o oriental, de Belém.

O último polo, depois da criação da estrada que a liga com a capital do país e, conseqüentemente, com o restante, tem tido um acentuado crescimento, não só por isso, mas também pela sua localização geográfica, próxima ao oceano, e pelos incentivos fiscais da SUDAM.

Grande esforço se faz atualmente para desenvolver o outro polo. Com esse objetivo, criou-se a Zona Franca de Manaus, experiência impar, que se faz como fórmula para o desenvolvimento econômico do Brasil.

A política brasileira de construção de estradas é uma das realizações mais concretas no sentido de povoar esta área. Assim, como a Belém - Brasília provocou um surto de desenvolvimento na área circundante ao seu traçado, o mesmo se espera que ocorra com a transamazônica, que irá do litoral do NE até a fronteira peruana, com a Porto Velho-Manaus e a Manaus-Território de Roraima, que se bifurcará indo por um lado para a fronteira com a Venezuela e, por outro, para a República da Guianá.

Destaca-se também, que a ação da SUDAM, chamando capitais para a área, e a SUFRAMA, em particular, têm provocado um início de pro-

cesso de industrialização.

A Colômbia participa da região amazônica com uma proporção considerável de sua zona selvática. O restante pertence à Bacia do Orenoco.

A cidade de Leticia, no extremo meridional do País, é o centro mais importante da área. Mais de 50% da população está concentrada nesta cidade.

Sua comunicação, atualmente, é feita com mais intensidade através de via aérea, ou por embarcações, descendo o Rio Amazonas, em território brasileiro, até o Rio Putumayo, subindo-o até a região onde se explora petróleo e que já se comunica com a parte mais povoada do País.

Para superar este problema na navegação fluvial, o governo colombiano está construindo uma estrada que liga Leticia a Tarapacá, no Rio Putumayo, o que, pelo encurtamento da distância, facilitará a comunicação que não seja por via aérea.

Atualmente, convém ressaltar-se que até suprimento de alimentos à região é feito por aviões que retornam com pescado, importante produção local.

A Amazônia Colombiana é, sem dúvida, das mais despovoadas, em comparação com seus vizinhos mais próximos, o que, entre outros motivos, trará maiores dificuldades a um processo de integração nacional.

A Bolívia, pelos poucos recursos de que o país poderia dispor para desenvolver sua região amazônica, é das nações compartilhadoras da área a que encontra maiores limitações. Como na Colômbia, a zona é escassamente povoada.

O governo boliviano faz esforços na construção de uma estrada que ligará a região ao resto do país, como solução para um futuro processo de integração nacional.

4.4. Problemas e soluções

Todos os países da Bacia Amazônica tem demonstrado, pela execução de programas específicos ou uma política global, seu interesse em provocar o desenvolvimento econômico e ocupação populacional da área.

Esta preocupação por si só já valeria como motivador básico na formulação de um projeto integrado para cumprir os objetivos acima mencionados.

Analisando-se tudo isso dentro de uma visão genérica, podemos concluir que as regiões amazônicas dos diversos países têm os seguintes problemas:

- subdesenvolvimento em relação ao resto do país.
- baixa densidade demográfica
- dificuldades de comunicação, quer interzonal, quer com o restante do país.
- economias individuais, voltadas para a subsistência.

Ao mesmo tempo, ainda em síntese, constatamos, tendo em vista o que já foi feito e os planos a serem executados, que as soluções nacionais adotadas foram:

- incentivos fiscais para instalação de empresas extrativas e industriais.
- incentivos para desenvolvimento da agropecuária
- construção de estradas
- fixação de contingentes populacionais.

Quanto às soluções apresentadas, salienta-se o fato de que a construção de estradas não visa somente a ligação interzonal ou nacional.

Temos, assim no Brasil, a interligação de rodovias brasileiras dentro do traçado de uma política comum, com os sistemas peruanos e venezuelano com o Equador, a via interoceânica que aproveita os rios navegáveis Putumaio e Amazonas.

As políticas de interligação de estradas de rodagem e de aproveitamento de rios já demonstra a necessidade que todos os países amazônicos sentem quanto à integração, mesmo que tenham sido planejadas bi lateralmente.

5. INSTRUMENTOS E POSSIBILIDADES DE UM DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BACIA AMAZÔNICA.

5.1. Preliminares

A análise dos esforços nacionais e as dificuldades existentes, nos permite formular certas sugestões em torno do que chamamos de Instrumentos e Possibilidades para um desenvolvimento integrado da região Amazônica.

A ALALC, mesmo com seus defeitos, já é uma realidade. Seu desdobramento no grupo sub-regional Andino foi motivado para dar mais dinamismo ao processo de integração.

A elaboração de um programa para um desenvolvimento integrado da região amazônica teria como objetivo final o incremento das transações comerciais da zona e, fora dela, já no âmbito da ALALC, como veículo de aceleração de seu programa.

Para tanto, seriam necessárias as seguintes medidas preliminares e, ao mesmo tempo, complementares, pois, mesmo depois de realizadas, continuarão como marco definitivo do processo de desenvolvimento integrado:

a) construção de estradas onde os rios da região não permitam uma navegação de barcos de certo porte; neste ponto, como já foi examinado anteriormente, vimos que tal condição foi cumprida, pois está sendo ou mesmo já existem projetos para executá-la.

b) dragagem e levantamento hidrográfico, para melhor utilização dos rios afluentes do Amazonas.

c) política de incentivo à ocupação populacional da zona; esta medida, a curto prazo, não traria benefícios imediatos, mas, quando da fixação dos novos contingentes populacionais na zona e sua consequente entrada no processo produtivo, trará um aumento considerável não só do mercado consumidor da região mas, também, da exportação. O Brasil pretende executar política semelhante no traçado da transamazônica.

5.2. Sugestões

Os projetos de planejamento regional integrado têm por objetivo a unificação de recursos e políticas para alcançar um desenvolvimento mais acelerado de determinadas regiões.

A unidade de planejamento é a região. Existem dois conceitos de região os quais dão lugar a formas diversas de planejamento e integração: a) a região homogênea, constituída por uma área geográfica uniforme pré-existente à divisão política; b) a região heterogênea, compos-

ta por várias jurisdições políticas, que encerra zonas homogêneas diversas.

Ambos os tipos levam a diferentes formas de integração ou complementação. O segundo conceito leva à diminuição ou supressão dos obstáculos jurídicos que impedem o desenvolvimento das regiões separadas pelas citadas limitações. O primeiro conceito implica, além disso, no planejamento, complementação e/ou integração para o crescimento harmônico de uma área geográfica homogênea pre-existente às divisões políticas e cuja conformação geo-econômica necessita desenvolver-se como um todo integral.

Este segundo conceito é o que determina os projetos de integração de bacias hidrográficas, preconizada pelos presidentes dos países da América, na Reunião de Punta del Este, em 1967.

A primeira realização concreta em tal sentido constitui o Tratado da Bacia do Prta, subscrito por Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, em 1969.

Como se viu anteriormente, a Bacia do Amazonas constitui uma zona geográfica uniforme, sobre a qual seus países exercem jurisdição. Cada um deles está profundamente interessado no desenvolvimento de sua respectiva zona amazônica. Porém, para que tal desenvolvimento seja mais rápido e efetivo, mister se faz a conjugação de esforços num intento de progresso compartilhado, que respeite as diversas competências nacionais. Os países latino-americanos têm elaborado mecanismos para solucionar essas necessidades, através dos diversos Tratados que se mencionam neste trabalho.

Os organismos técnicos têm estudado fórmulas teóricas para permitir diversas formas de integração.

Nosso propósito é sugerir algumas medidas concretas e algumas figuras jurídicas que permitam uma unificação de esforços a fim de alcançar-se um desenvolvimento acelerado e constante da Bacia Amazônica:

I - Criação de Portos Livres

O outorgamento de portos livres é uma política já conhecida na área Amazônica. Tal é o caso de Manaus, porto livre concedido pelo Brasil ao Equador, e do Porto de San Lorenzo, concedido por este país ao Brasil.

Para a concessão de portos livres, dever-se-ia levar em consideração as seguintes políticas de:

- a) importação - somente se poderia importar pelos portos livres aqueles produtos não concorrentes com os da região amazônica.
- b) exportação - os produtos não concorrentes com os da zo

na amazônica poderiam ser exportados livremente pelos países concessionários. Os produtos concorrentes com os da zona amazônica seriam exportados pela Corporação. Para isso, esta confeccionaria listas de produtos nacionais concorrentes.

Os produtos importados através do porto livre não poderiam ser reexportados aos demais países da área, salvo se houvessem sido submetidos previamente a um processo de industrialização ou elaboração no grau que determine a Corporação.

II - Promoção de Exportações Zonais

Com a finalidade de fomentar a produção da área amazônica, se poderia implementar um mecanismo destinado a forçar que uma determinada percentagem dos "deficits" comerciais entre os países Amazônicos fosse paga preferentemente em produtos da Amazônia.

III - Transporte Aéreo

Seria conveniente que a Corporação "reivindicasse" ante as empresas de aeronavegação pertencentes aos países da área, o aumento da frequência de vôos à região e a interconexão dos mesmos. Os governos nacionais deveriam iniciar uma nova política em matéria de concessões de frequência de vôos às Companhias aéreas estrangeiras. Somente se outorgaria novas permissões às empresas que estabelecerem escalas na região amazônica.

IV - Proteção Industrial

Uma outra sugestão seria a de se buscar dos países da área uma garantia de proteção semelhante para as indústrias da região.

V - Corporação de Desenvolvimento da Bacia do Amazonas

Consideramos que seria conveniente a criação de um organismo integrado pelos países amazônicos, para a realização de estudos e projetos concretos de desenvolvimento.

Para isso, parte-se do suposto de que o aumento do intercâmbio regional e do desenvolvimento infra-estrutural será o resultado de políticas deliberadas de criação e fomento de diversificação da estrutura produtiva, de melhoria dos meios de transporte e de um esforço comum de ciência e tecnologia.

Essa corporação estaria integrada pelos seis (6) países amazônicos, cujos governos seriam donos de 51% do capital. O resto do capital seria subscrito pelos mesmos governos e/ou por entidades públicas ou semi-públicas dos países participantes, em proporção similar aos mencionados 51%.

A Diretoria estaria composta por seis representantes governamentais, um de cada nação, que constituiria mais de 50% do órgão diretivo.

Os restantes postos seriam ocupados por representantes do remanescente de 49%.

Os objetivos da Corporação seriam:

- a) Formulação e execução de projetos para facilitar a navegação e prestar assistência a tais fins;
- b) estabelecimento de novos portos fluviais e melhoramento dos já existentes;
- c) estudos hidro-elétricos com vistas ao aproveitamento energético por parte de toda a Bacia;
- d) estudos e projetos para o controle de enchentes, inundações e erosão;
- e) estudos e projetos para a interconexão rodoviária, fluvial e aérea, constituição de polidutos e estabelecimento de um eficiente sistema de comunicações;
- f) estudos e projetos para o auxílio mútuo em programas de capacitação técnica, saúde pública e luta contra as epidemias;
- g) identificação de oportunidades de inversão e elaboração dos respectivos projetos. Eventualmente, execução dos mesmos quando tiverem por objeto a criação de empresas multinacionais para área;
- h) assistência técnica e financeira para preparação e execução de projetos multinacionais de infra-estrutura e nos setores produtivos;
- i) mobilização de recursos financeiros externos e internos;
- j) emissão de bônus, debêntures e outras obrigações;
- k) realização de empréstimos, subscrição de ações e outorga de garantias a operações de créditos de empresas públicas ou privadas;
- l) apoio à investigação científica e tecnológica;
- m) fomento à criação de cooperativas de produção;

- n) complementação de programas que tenham por objetivo a elevação do nível de vida das populações da zona;
- o) preservação e fomento da vida animal e vegetal.

Dever-se-ia conceder à Corporação a atribuição de constituir ou contratar empresas destinadas à consecução de seus objetivos.

A Corporação poderia criar empresas multinacionais de caráter lucrativo, destinadas à realização de determinados projetos e à exploração de determinados serviços. Estas empresas, uma vez em funcionamento, poderiam ser vendidas a grupos estatais e/ou privadas dos países integrantes da Corporação. O capital dessas empresas seria integrado nas mesmas proporções que o capital da Corporação, porém o percentual de 49 % poderia ser totalmente privado.

Em tal sentido, estimamos que seria prudente a criação de duas empresas fundamentais:

A) Uma Companhia de Fomento do comércio de produtos competitivos da área, para mercados extra-amazônicos. O lucro desta companhia seria repartido entre os países em proporção direta à sua contribuição em produtos. Outra solução seria destinar o lucro da parte estatal da companhia ao financiamento de projetos que beneficiassem os países contribuintes.

B) Uma companhia multinacional de transportes fluviais, destinada à mobilização de pessoas e produtos da área.

5.3. Compatibilidade com o Tratado de Montevideu e o Pacto Andino

Cabe perguntar se as idéias propostas, em especial a que se refere a uma Corporação de Desenvolvimento Amazônico e os objetivos de sua criação, são congruentes com os instrumentos jurídicos que atualmente ligam os países da área, em especial o Tratado de Montevideu e o Pacto Andino.

A compatibilidade existe na medida em que os citados convênios tenham sido estabelecidos para alcançar uma maior complementação e uma intensificação de intercâmbio entre os diversos países da América Latina.

Existem, além disso, instrumentos jurídicos idealizados ao mais alto nível, que preconizam uniões para o desenvolvimento de regiões similares à Bacia Amazônica. Assim, os presidentes dos países americanos, reunidos em Punta del Este, em 1967, declararam:

Declaração dos Presidentes da América - Punta del Este - 1967 - cap. II - "A integração da América Latina exige um vigoroso e sustentado esforço para completar e modernizar a infraestrutura física da re

gião".

É necessário... "desenvolver conjuntamente as bacias hidrográficas internacionais, regimes fronteiriços e zonas geo-econômicas que compreendam o território de dois ou mais países. Por conseguinte, adota as seguintes decisões para sua imediata realização":... 3) auspicar os estudos destinados à formulação de sistemas conjuntos de projetos referentes a bacias hidrográficas, tais como os já iniciados, como o de desenvolvimento da Bacia do Prata e outros projetos similares, como o relacionado com o Golfo de Fonseca".

Dos fundamentos do Tratado de Montevideu, especialmente de seu artigo 54, surge a intenção de se procurar um desenvolvimento acelerado e se facilitar a complementação e integração necessárias. Os acordos de complementação, previstos no artigo 17 deste Tratado, refletem essa vontade e proporcionam um instrumento jurídico de acordo com ela.

O Pacto Andino não constitui obstáculo, visto que o artigo 114 do mesmo assinala que as disposições desse convênio não podem afetar os direitos e obrigações que resultem do Tratado de Montevideu e das resoluções da ALALC. Acrescenta ainda que o ordenamento jurídico da ALALC se aplicará, em forma supletiva, ao Pacto Andino.

Não existindo obstáculo algum no Tratado de Montevideu para a solução proposta, pode-se concluir que o Pacto Andino tampouco se lhe opõe. Corrobora-o, através dos considerandos ao Convênio de criação da Corporação Andina de Fomento, ao declarar importante a ação conjunta para se alcançar um desenvolvimento econômico equilibrado e harmônico, junto com as demais nações latino-americanas que, integradas, formariam o Mercado Comum.

6. ASSOCIAÇÕES REGIONAIS PÚBLICAS E PRIVADAS

ALALF - Associação Latino-americana Ferroviária

ARPEL - Assistência Recíproca e Petroleira Estatal Latino-americana

CTER - Comissão de Integração Elétrica Regional

AITA - Associação de Indústrias Latino-americanas

AELPALALC - Associação de Empresários Latino-americanos Participantes da
ALALC

ALAMAR - Associação Latino-americana de Armadores

ALICA - Associação Latino-americana de Industriais de Conservas Alimentí-
cias

ALAINEE - Associação Latino-americana de Indústria Elétrica e Eletrônica

ALALC - Associação Latino-americana de Industriais do Couro

ALAPV - Associação Latino-americana de Produtos de Vidro

OLAVU - Organização Latino-americana do Vinho e da Uva

FIFARMA - Federação Interamericana da Indústria Químico-Farmacêutica

7. BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE LIVRE COMERCIO, Montevideo. Siete años de acción de la ALALC. Buenos Aires, INTAL, 1968. 197 p.

CEVALLOS, Gonzalo. L'intégration économique de l'Amérique Latine. Genève, Libr. Droz, 1968. 276 p. (Travaux de Droit, d'Economie, de Sociologie et de Sciences Politiques, 68).

DERECHO DE LA INTEGRACION, Buenos Aires, (1) oct. 1967; (2) abr.; (3) oct. 1968; (4) abr.; (5) oct. 1969; (6) abr. 1970.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA, Buenos Aires. La integración económica de América Latina; realizaciones, problemas y perspectivas. Buenos Aires, 1968. 473 p.

_____. La integración latinoamericana; situación y perspectivas. Buenos Aires, 1965. 217 p.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTUDOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS, Washington. Instrumentos relativos a la integración económica en América Latina. Washington, 1964. 346 p.

MAYOBRE, J.A. et alii. La integración acelerada de América Latina. México, Fondo de Cultura Económica, 1965.

REVISTA DE LA INTEGRACION, Buenos Aires, n. 1., nov. 1967.

TAMANES, Ramon. O Brasil e a integração da América Latina. Rio de Janeiro, BID/INTAL, 1969. 472 p.

WIONCZEK, Miguel S. A integração econômica da América Latina; experiências e perspectivas. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1966. 340 p. (Economia & Desenvolvimento, 2).